

O conhecimento com base no testemunho¹

Caetano Ernesto Plastino

Universidade de São Paulo

À memória de João Paulo Monteiro, amigo e mestre

Muito do que aprendemos se deve ao testemunho, isto é, àquilo que outras pessoas nos dizem, às informações sobre o mundo (e sobre nós mesmos) que nos foram passadas desde os primeiros anos de vida. Com frequência nos encontramos na situação social em que, pela linguagem escrita ou falada, algumas pessoas transmitem informação a outras, de modo que nosso conhecimento do mundo seria enormemente reduzido e empobrecido caso se restringisse apenas àquilo que aprendemos por meio de nossas próprias faculdades cognitivas (como os sentidos, a memória e a razão). Pelo testemunho dos outros somos levados a conhecer muitas coisas que não saberíamos por nós mesmos.

•

Em uma passagem da obra *A Trindade*, Santo Agostinho reconhece claramente a importância do conhecimento obtido pela influência de pessoas que nos dão seu testemunho. Ele diz:

¹ O presente artigo é uma versão ligeiramente modificada do texto apresentado na aula inaugural do Departamento de Filosofia da USP, em São Paulo, no dia 24 de fevereiro de 2015. O tema diz respeito à chamada *epistemologia do testemunho*, que nas últimas décadas tem despertado o interesse de vários pesquisadores e ocupado boa parte dos estudos de epistemologia, em particular, de *epistemologia social ou coletiva*. Nosso propósito foi examinar alguns textos filosóficos clássicos em que se encontram importantes contribuições para o estudo desse assunto — principalmente as obras de David Hume e de Thomas Reid — e também analisar a questão proposta de um ponto de vista contemporâneo, especialmente a partir do livro *Testimony: A Philosophical Study* (1992), de C. A. J. Coady.

Longe de nós duvidar da verdade do que percebemos pelos sentidos dos corpos. Por meio deles, aprendemos sobre o céu e a terra e sobre tudo o mais que eles contêm, na medida em que Aquele que nos criou e os criou quis que se tornassem conhecidos por nós. Longe de nós, ainda, negarmos o que aprendemos a partir do testemunho dos outros. Pois de outra maneira desconheceríamos, por exemplo, a existência do oceano e de terras e cidades que se recomendam por sua celebridade. Ignoraríamos a existência dos homens e das obras de que nos fala a história. Não teríamos conhecimento do que acontece em todas as partes do mundo e que se apoia em indícios unânimes e dignos de crédito. Finalmente, não saberíamos o lugar onde nascemos [nem a data de nosso nascimento] nem o nome das pessoas das quais descendemos, pois tudo isso nos é assegurado por testemunhos alheios. É o maior absurdo negar que é assim, e devemos confessar que não apenas os sentidos de nossos corpos, mas também aqueles de outras pessoas, têm acrescentado muitíssimo ao nosso conhecimento. (xv, 12)

E essa lista poderia ser muito estendida, a ponto de englobar desde aspectos de nossa vida diária (quando uma criança aprende com os ensinamentos de seus próximos que o fogão pode queimar a mão ou que existe o perigo de ela se afogar no lago) até as grandes descobertas científicas e tecnológicas (quando nos dizem como se dá a transmissão de caracteres hereditários, ou como funciona uma máquina a vapor).

Não é o caso de se restringir o testemunho apenas a um relato apresentado em determinada condição legal como, por exemplo, perante uma corte judicial. Entendido de modo mais amplo e informal, dar o testemunho consiste em dizer algo a outra pessoa com o propósito de lhe transmitir uma informação. Ao atestar uma proposição, realiza-se um ato de comunicação (pela fala ou pela escrita) que tenciona veicular o conteúdo dessa proposição a outra pessoa. E quem ouve ou lê o que foi dito pode formar a crença nessa proposição ao endossar o testemunho (o relato) de quem falou ou escreveu.

Em certas condições, ao observar o testemunho de outra pessoa alguém passa a acreditar no conteúdo atestado. É a chamada “transição” do testemunho para a verdade, que nem sempre é completamente consciente. Há também outra forma de transição, em sentido inverso: se uma proposição é verdadeira, então alguma das fontes confiáveis atesta essa proposição. Nesse caso, se nenhuma fonte confiável atesta uma determinada proposição, então essa proposição é falsa. É importante notar que essas duas transições (do testemunho para a verdade, da verdade para o testemunho) não são equivalentes. No primeiro caso, admito

que se alguma fonte confiável atesta que há água em Marte, então há água em Marte. No segundo caso, concluo que se nas investigações realizadas nenhuma fonte confiável atesta que há água em Marte, então não há água em Marte.

Em geral, o testemunho é dirigido a uma audiência (a uma ou mais pessoas) e traz a informação de que algo é o caso. (Também seria considerado um testemunho o diário escrito por uma jovem relatando as dificuldades da vida em tempos de guerra, mesmo sem saber se será lido por alguém.) Quem atesta apresenta o testemunho como inteligível e verdadeiro, assume a responsabilidade de estar dizendo a verdade, empenha sua palavra, como que convida o outro a confiar no que ele disse, a acreditar que as coisas realmente são tais como foram expressas. Claro que isso por si só não implica que o testemunho provenha de alguém que seja um guia confiável para alcançar a verdade, nem que o receptor não tenha bons motivos para não confiar em quem transmite o testemunho. Há vários casos patológicos, sem dúvida, em que uma pessoa pode mentir, tentar enganar outra, espalhar um boato ou um mito etc. Diante disso, talvez fosse mais prudente suspender a crença em vez de acreditar no testemunho, a fim de evitar o risco de ter uma crença falsa. Em resposta a essa atitude cética, William James (no clássico ensaio “A vontade de crer”, de 1896) afirma que, além de não cair em erro desnecessário, é preciso também buscar o conhecimento, a crença justificada. Segundo James, as duas leis “precisamos conhecer a verdade” e “precisamos evitar o erro” são distintas e complementares, não sendo adequado tomar a segunda como principal e mais imperativa. O cético “de modo submisso obedece” ao medo de errar e com isso perde “a chance de fazer uma suposição verdadeira”. É como se alguém se calasse para sempre após outra pessoa lhe dizer: “Não minta”.

A questão epistemológica (não apenas psicológica) que importa examinar aqui diz respeito às condições em que a produção de crença baseada no testemunho é *epistemicamente bem-sucedida*, tornando-se conhecimento ou crença justificada (não apenas crença).

É interessante notar que a formação da crença por meio de um testemunho muitas vezes não requer uma inferência que tenha como base premissas que venham a apoiar a proposição atestada ou a credibilidade de quem atestou. Se alguém me diz que foi ao centro da cidade na semana passada, sou geralmente levado a acreditar no que ele me disse sem que seja preciso realizar uma inferência que leve ao testemunho. Nesse ponto, a crença justificada em um testemunho se assemelha àquela na percepção. Nos dois casos, nossas crenças anteriores constituem um “background” (crenças de fundo) e desempenham o papel não de premissas, mas de *filtros* (essa é uma metáfora de Robert Audi) que restringem a crença no testemunho caso quem ateste pareça ser insincero ou incompetente ou caso a

proposição atestada pareça muito pouco plausível. Algo semelhante acontece com a percepção. Geralmente somos levados a acreditar no que vemos, mas, se eu anteriormente souber que certas circunstâncias anormais nos iludem (isso ocorre quando o remo, parcialmente na água, parece estar quebrado), ou que tomei um medicamento capaz de eventualmente causar alucinações, ou que passei por uma cirurgia que afeta a visão, não acreditarei em algumas coisas que pensei ter visto. Um outro exemplo. Pensei ter visto um amigo passando no fundo do corredor, mas logo em seguida seu irmão me diz que ele viajou há três dias e permanecerá duas semanas no exterior. Nesse caso, posso ser levado a modificar minha crença perceptiva a partir do testemunho de outra pessoa.

Usando a metáfora do filtro, se alguém deixa passar tudo ou quase tudo pelo filtro, será excessivamente crédulo; e, se não deixa passar nada ou quase nada, será excessivamente cético. Isso se modifica ao longo do tempo. Embora uma criança pequena deposite grande confiança nas palavras de seus familiares (e isso será fundamental no seu processo de aprendizagem, por exemplo, quando aprende as palavras para designar cores básicas), com o tempo ela encontrará situações de engano e falsidade e passará a ter uma atitude mais crítica e seletiva. De toda forma, seria um equívoco tratar o conhecimento testemunhal como sendo tipicamente inferencial ou indireto.

Em certo sentido, a percepção parece ser uma fonte de crença mais básica que o testemunho: este depende da percepção (alguém ouve ou lê o testemunho), mas aquela nem sempre depende do testemunho. A percepção pode gerar crenças sem o auxílio de outra fonte, o que não acontece com o testemunho. Porém, em certo sentido, o testemunho é uma fonte de crença tão básica como a percepção: nos dois casos, as crenças formadas não dependem de outras crenças (no sentido de não serem inferidas a partir de outras crenças), embora tenham que passar pelo filtro constituído pelo nosso *background*, que envolve diferentes fontes de crença. O testemunho depende operacionalmente da percepção (no sentido de ser emitido e recebido *por meio de sons* ou da escrita), mas daí não se segue que a crença formada *com base no* testemunho seja inferida de crenças perceptivas. Outra diferença importante é que ao acreditarmos no testemunho nós confiamos na autoridade de quem atesta, para a qual não há equivalente quando acreditamos em nossos sentidos. Mais uma diferença é que o testemunho envolve um ato de vontade: por exemplo, quem atesta pode ser sincero ou pode estar mentindo deliberadamente.

Examinaremos agora duas das principais análises do assunto que se encontram em obras clássicas da filosofia. Na seção 10 da *Investigação sobre o entendimento humano*, intitulada “Dos milagres”, David Hume enfaticamente

reconhece que “nenhuma espécie de raciocínio é mais comum, mais útil e mesmo mais necessária à vida humana do que aquela que deriva do testemunho de pessoas e de relatórios oculares de espectadores”. Todavia, salienta Hume, a conexão entre o testemunho humano e os eventos não está garantida de antemão. Nas questões de fato, todas as inferências que fazemos assentam apenas na experiência passada. E não haveria razão alguma para ser diferente, no caso do testemunho. Não apreendemos *a priori* essa conexão. Qualquer conexão a ser estabelecida entre o testemunho e a realidade está fundada apenas na experiência passada. Nós a fazemos com base na observação da veracidade do testemunho humano e na conformidade que usualmente encontramos entre os relatos das testemunhas e os fatos. Desse modo, seria epistemicamente irresponsável acreditar no testemunho sem dispormos de um histórico bem-sucedido que sustente a credibilidade do testemunho.

Ainda segundo Hume, a experiência e a observação também nos mostram que a memória é dotada de certa tenacidade, que os homens comumente se inclinam à verdade e à probidade, que se sentem envergonhados quando são apanhados em flagrante falsidade etc. Não fossem essas qualidades reveladas pela experiência, diz Hume, nunca depositaríamos a menor confiança no testemunho humano. Por sua vez, se soubermos, pela experiência passada, que alguém costuma delirar, ou que é notória sua falsidade e vilania, é claro que não merecerá de nós o menor crédito, não terá a menor autoridade perante nós. Nesse mesmo sentido, ao se referir ao *caráter* de quem nos fala ou aconselha, Aristóteles destaca, na *Retórica*, três qualidades que o tornam persuasivo, não podendo faltar nenhuma delas: a prudência (sabedoria prática), a virtude e a boa vontade. Se não possuir senso prático, não formará boa opinião. Se não for íntegro, não dirá o que pensa, ainda que tenha formado as opiniões corretamente. E se não tiver boa vontade, será possível que não dê o melhor conselho, mesmo que o conheça.

Admitindo-se que toda evidência que temos para o testemunho humano provém da experiência passada, qualquer possível disputa a esse respeito deve ser resolvida por apelo à experiência, que poderá envolver variadas situações, dependendo do tipo de relato e do tipo de objeto. Considerando o tipo de relato, há numerosas circunstâncias e particularidades a serem levadas em conta quando se avalia a força do testemunho humano: pode haver contradição entre as afirmações de diferentes pessoas sobre uma questão de fato, as testemunhas podem ser muito poucas ou de caráter duvidoso, elas podem ter interesse naquilo que afirmam, podem dar o testemunho com alguma hesitação ou, ao contrário, com demasiada veemência. E, quando se trata de testemunho referente a uma situação muito antiga, sua evidência diminui gradualmente até chegar a nós, passando de uma pessoa a outra. Por outro lado, no que concerne ao tipo de objeto, aquilo que o testemunho

pretende estabelecer como fato pode ser inusitado, extraordinário, fantástico ou mesmo contrário à experiência. Nesse caso, diz Hume, estamos diante de um embate entre duas experiências que se opõem, de modo que uma destrói a força da outra. Estamos no campo da probabilidade. De um lado, pela experiência somos levados a atribuir certo grau de confiança ao relato de testemunhas; de outro, o estado de coisas que se descreve é de um tipo que raramente ou nunca se apresentou à observação. Temos que “sopesar as experiências opostas e ver qual dos lados é apoiado pelo maior número de experimentos”. A evidência contrária atua como um contrapeso, de modo que o lado superior “só atua na mente pela força que restou”, isto é, pela força resultante da diferença entre as forças opostas.

Cabe notar que na *Retórica*, ao examinar as provas na retórica judicial, Aristóteles também contrapõe os julgamentos baseados em probabilidades aos julgamentos baseados em testemunhos. Quem não dispõe de testemunhos a seu favor entenderá que se deva julgar com base em probabilidades, de acordo com sua melhor opinião, dado que os argumentos de probabilidade não podem ser corrompidos por dinheiro nem surpreendidos em falso testemunho. Por outro lado, quem dispõe de testemunhos favoráveis frente a um adversário que não os tem, defenderá que as probabilidades não valem perante o tribunal, e não haveria necessidade de evidências das testemunhas se fosse suficiente especular com base em argumentos prováveis. Na prática, nunca faltará um testemunho útil, pois, mesmo quem não dispõe de testemunhos sobre fatos que favoráveis a si ou que pesem contra o oponente geralmente poderá encontrar evidências que ressaltem seu caráter moral ou atinjam a credibilidade do adversário.

Em uma de suas frases mais conhecidas, Hume afirma: “um homem sagaz torna sua crença proporcional à evidência”. O que não quer dizer que, se formos sagazes, sempre escolheremos o lado certo. A experiência é nosso único guia nas questões de fato, mas “não é totalmente infalível, e pode, em alguns casos, nos conduzir a erros”. Hume dá o exemplo de um príncipe indiano que raciocinou corretamente ao não acreditar nos primeiros relatos sobre o efeito do congelamento da água em lugares muito frios. Uma pessoa ou mesmo um elefante poderia caminhar sobre um rio congelado. Embora esse prodígio não seja contrário à experiência (já que esse príncipe nunca esteve em local tão frio), trata-se de uma situação que não tem analogia com sua experiência anterior. Ainda que o relato seja verdadeiro, o príncipe indiano não se encontrava em condição de aceitá-lo.

A situação mais extrema é aquela em que a ocorrência do evento relatado implicaria um milagre, ou seja, a violação de alguma lei da natureza. Seria

uma transgressão de leis que foram estabelecidas por uma experiência constante e uniforme, sem nenhuma oposição, sem nenhuma evidência contrária. Hume dá os seguintes exemplos: que um homem morto retorne à vida, que o chumbo permaneça suspenso quando solto no ar, que o fogo não consuma a madeira nem seja apagado pela água. Não se trata de uma impossibilidade lógica, mas se trata de algo contrário a toda experiência passada. Assim definido, “nada é considerado um milagre, se alguma vez ocorreu no curso comum da natureza.” Nós não observamos milagres, pois, se fossem observados, não seriam milagres. No caso do testemunho de um milagre, ele só seria digno de crédito se sua falsidade fosse ainda mais milagrosa que o acontecimento que se propõe estabelecer. Poderíamos então perguntar o que é mais milagroso: que alguém com grande autoridade esteja dizendo uma falsidade, ou que o milagre relatado tenha realmente acontecido? Teríamos que pesar uma prova contra outra (“prova” no sentido de Hume, argumento a partir da experiência que não dá margem a dúvida ou oposição) e a confiança resultante seria determinada ao se subtrair o mais fraco do mais forte. A força de uma supera aquela de outra, mas sofre uma diminuição proporcional à força que se opõe a ela. Coloca-se então a pergunta: é mais provável que a testemunha esteja enganada ou me enganando, ou que um ser humano morto e sepultado tenha realmente sido trazido de volta à vida? A autoridade do testemunho provém exclusivamente da experiência, mas a experiência sustenta plenamente as leis da natureza. Hume muito provavelmente tinha em vista o milagre da ressurreição de Cristo, mas, talvez por precaução, ele prefere se valer de um exemplo hipotético: a ressurreição da rainha Elisabete!

Havendo milagres, eles seriam vistos como resultado de “uma volição particular da Divindade ou da intervenção de algum agente invisível”. Hume dirá que a religião cristã não apenas esteve acompanhada de milagres desde a sua origem, mas que mesmo na sua época nenhuma pessoa razoável poderia crer na religião cristã sem um milagre. A que se deveria essa tendência a acreditar em milagres e relatos fantásticos? A explicação reside na “paixão de surpresa e assombro”, no “gosto pelo maravilhoso”, na “emoção agradável” que faz desaparecer todo o bom senso, a ponto de a coisa mais absurda poder receber o mais forte grau de testemunho humano. E Hume não poupa crítica à religião:

A mera razão é insuficiente para nos convencer de sua veracidade. E todo aquele que a aceita movido pela *fé* está consciente de um permanente milagre em sua própria pessoa, milagre este que subverte todos os princípios de seu entendimento e o leva a acreditar no que poderia haver de mais contrário ao costume e à experiência.

É curioso notar que, em sua análise do testemunho, Hume acrescenta uma condição aparentemente estranha: que a evidência que resulta do testemunho admite uma diminuição, maior ou menor, conforme o fato seja mais ou menos inusitado. Oponentes como Richard Price, responderam que “essas improbabilidades não diminuem a capacidade da testemunha de relatar a verdade”. Quer dizer, a evidência testemunhal deveria ser independente daquilo que está sendo relatado (seja um evento usual ou pouco usual), desde que os testemunhos dados estejam em conformidade com os fatos até então observados. Comentadores atuais entendem que Hume, de certo modo, notou algo que só recentemente foi devidamente explicado em termos estatísticos. É a chamada “falácia da taxa básica”, ou da “taxa de base”. Suponhamos que certa doença seja relativamente rara e atinja uma em cada mil pessoas de uma grande população. Suponhamos também que tenha sido desenvolvido um teste que dá resultado positivo para todos os que têm a doença, mas que dá falso-positivo em 5% das pessoas. Se alguém fez o teste e o resultado foi positivo, qual é a probabilidade de ele ter essa doença? Muitos responderiam 95%, já que há 5% de falso-positivos, mas a resposta correta é cerca de 2%. Em uma amostra de 1000 pessoas, há um doente (que terá teste positivo) e 50 falso-positivos (5% da amostra). Ou seja, quanto mais raro for o caso considerado, menor a chance de o testemunho ser correto, mesmo que sua confiabilidade tenha sido elevada. No caso de uma doença muito rara (que atinge uma pessoa em um milhão), mesmo um teste que acerte 99,99% das vezes traria pouca garantia a quem testou positivo. Isso é apenas uma curiosidade, mas que de certo modo mostra que a tese de Price da independência não é tão óbvia como parece.

Nas discussões contemporâneas na área da chamada “epistemologia social”, Hume é considerado um representante exemplar da visão *reducionista* do status epistêmico do testemunho. Quem aceita o testemunho deve ter razões positivas para isso, razões que não sejam, em última análise, dependentes dos testemunhos de outros. Toda justificação que se tem para o testemunho deriva, portanto, de outras fontes epistêmicas básicas como a sensação e a memória, nas quais se funda a credibilidade de quem dá o testemunho. Como vimos, essa justificação considera exclusivamente a observação da conformidade entre os relatos e os fatos. A partir das verificações das afirmações testemunhais passadas, fazemos uma inferência sobre a atual instância de testemunho.

Uma das dificuldades da concepção *reducionista* está em encontrar uma explicação de como as crianças ainda pequenas adquirem importantes conhecimentos mediante o testemunho de seus familiares, mesmo sem ter evidências suficientes (dos sentidos e da memória) para acreditar que eles sejam

uma fonte confiável de informação. Outra dificuldade é que não temos à disposição uma amostra tão grande e variada de relatos e fatos, a ponto de podermos avaliar a confiabilidade com base no histórico de repetidas correspondências entre eles. Em nossa vida, comumente estamos expostos a um conjunto muito limitado de relatos daquelas pessoas que nos dão seu testemunho, muito menor do que seria necessário para julgar suas credenciais epistêmicas. E também estamos expostos a número muito limitado de fatos. Admitimos com base no testemunho que nosso planeta tem certas características geográficas, mas observamos apenas uma ínfima parte dele.

Além disso, ao utilizarmos a sensação e a memória para avaliar o histórico de quem atesta, estaremos muitas vezes nos valendo de crenças já impregnadas de testemunho dos outros, não apenas de nossas observações pessoais. O testemunho se mostra presente até mesmo quando avaliamos a confiabilidade de quem atesta. Afinal, pergunta Keith Lehrer, como posso avaliar minha própria confiabilidade (para avaliar a confiabilidade de outros) sem fazer apelo a condicionantes intersubjetivos baseados no testemunho alheio? Deve-se reconhecer que há, nesse caminho, uma circularidade virtuosa.

E o problema se agrava no caso de enunciados que contêm conceitos científicos mais complexos, pois não dominamos todas as especialidades a ponto de conferir se os relatos feitos pelos cientistas são confiáveis ou não. Uma pergunta clássica é: como pode um leigo avaliar a confiabilidade de um *expert* sem ter a competência do *expert* em sua especialidade? Ele pode confiar em seu testemunho de modo racionalmente justificado, ou terá que confiar cegamente? Essa questão foi colocada por Sócrates no diálogo *Cármides*, de Platão (170, 171): um homem sensato, mas que não conhece medicina, saberia distinguir um médico de verdade daquele que não é? Poderia saber se o que se diz (sobre a saúde e a enfermidade) se diz com verdade, se o que se faz se faz corretamente? Em nossos dias, essa questão do *expert* tem muitos desdobramentos, especialmente quando se passa a comparar não só o leigo com o *expert*, mas também os *experts* entre si. Por exemplo, como resolver divergências entre as afirmações de *experts* dentro de seu próprio domínio de competência? Não entraremos nessa discussão, mas os modelos propostos (por exemplo, por Philip Kitcher no livro *O avanço da ciência* (1993) envolvem uma complexidade que vai muito além da mera constatação empírica de relatos passados. Os cientistas “calibram” essa atribuição de autoridade com base não apenas em sua própria opinião sobre o assunto (“calibração direta”), mas também com base no julgamento de outros cientistas ao avaliarem seus pares (“calibração indireta”), ou seja, com base no testemunho alheio.

Em oposição a esse reducionismo, o filósofo escocês Thomas Reid, contemporâneo de Hume, sustentou, na *Investigação acerca da mente humana* (1764) e nos *Ensaios sobre os poderes intelectuais do homem* (1788), que estamos *prima facie* justificados em acreditar no testemunho de alguém, mesmo sem dispor de uma justificação de que quem atesta é competente e sincero. Não havendo evidências positivas contrárias à aceitação de testemunhos, não havendo evidências mais fortes para duvidar da credibilidade de quem atesta, estamos justificados a acreditar naquilo que nos dizem meramente com base no testemunho. Temos uma inclinação natural para o lado da crença quando não há nada que se oponha a ela, quando não existem dúvidas e crenças que derrotem nossa confiança no testemunho e não sejam derrotadas por outras. Podemos acrescentar, seguindo Aristóteles, que o testemunho é um modo de persuasão que *preexiste em nós*, que nós meramente *usamos*, sem ter que inventá-lo por alguma arte ou técnica.

Reid agrupa as operações da mente em duas classes irreduzíveis entre si: as *operações solitárias da mente*, como perceber, recordar, julgar, raciocinar, que não são comunicativas nem se dirigem a outras pessoas, e as *operações sociais da mente*, como perguntar, ordenar, pedir um favor ou uma informação, dar ou receber um testemunho, prometer etc., que pressupõem não só o entendimento e a vontade, mas também a interação social com outros seres inteligentes, com seres capazes de compreensão mútua. Segundo Reid, dois princípios inatos e associados são fundamentais para que o mecanismo do testemunho funcione adequadamente. 1) *Princípio da veracidade*: temos a disposição natural de dizer a verdade, de sinceramente expressar nossos sentimentos (para Reid, mesmo os maiores mentirosos quando dizem uma mentira falam a verdade uma centena de vezes). As palavras dos homens são sinais de seus pensamentos. Dizer a verdade não requer arte nem treinamento, apenas um impulso natural da mente. Mentir, pelo contrário, é uma violência à nossa natureza. 2) *Princípio da credulidade*: a propensão natural de acreditar na palavra dos outros (que é maior na infância e depois se torna mais restrita na fase adulta). Nas palavras de Reid,

O sábio autor da natureza [para quem deveríamos ser criaturas sociais] implantou na mente humana uma propensão a confiar no testemunho humano antes que possamos dar uma razão para fazê-lo. Isso coloca nossos juízos quase inteiramente nas mãos daqueles que nos cercam no primeiro período de vida.

Segundo sua filosofia do senso comum, seria um absurdo abandonar nossa confiança na comunicação e duvidar de crenças sobre as quais não temos

nenhuma opção senão tê-las. Essa credulidade, para Reid, “é mais forte na infância e se torna mais limitada e restrita pela experiência.” Com o tempo a razão sente sua própria força e repousa menos na razão dos outros. “Aprende a suspeitar do testemunho em alguns casos e a descrer em outros. Coloca limites à autoridade à qual antes se sujeitava inteiramente. E, no final da vida, volta a tomar de empréstimo a luz do testemunho, onde já não tem nenhuma, e a repousar em alguma medida na razão dos outros”. Em outra passagem ele afirma:

Eu acreditava por instinto em tudo o que [meus pais e tutores] me diziam, muito antes de ter a ideia de uma mentira ou pensar que alguém poderia me enganar. Depois, ao refletir, descobri que eles agiram comigo como pessoas justas e honestas que queriam meu bem. Descobri que se não tivesse acreditado no que me disseram, antes de ter uma razão para minha crença, eu teria sido pouco melhor que um idiota (*changeling*). E, embora essa credulidade natural tenha algumas vezes me levado a ser enganado por alguém, ela no geral foi de infinita vantagem para mim. Portanto, considero que seja outro dom benfazejo da Natureza. Continuo a dar crédito, pela reflexão, àqueles de cuja integridade e veracidade tive experiência, crédito esse que antes eu dava por instinto.

Reid insiste no caráter coletivo do conhecimento e na importância de difundir-lo ao maior número possível de pessoas. Nesse contexto, apresentou uma das análises mais detidas da importância do testemunho para nosso conhecimento e da profunda confiança que nele depositamos. Nos estudos contemporâneos, Thomas Reid é considerado o grande representante do *não-reducionismo* e sua obra se tornou uma das principais referências sobre o assunto.

A recente retomada de interesse pela epistemologia do testemunho se deu principalmente após a publicação do livro de Coady, *Testimony: A Philosophical Study* (1992), que apresenta uma incisiva crítica ao reducionismo e ressalta o papel central do testemunho em nosso conhecimento. Ele nos convida a imaginar um exemplo de situação típica da vida diária em que diversos fatores se encontram inextricavelmente envolvidos e interligados (relativos à sensação, à memória, ao raciocínio e ao testemunho). Suponhamos que uma pessoa veja a Rainha da Inglaterra em visita à Universidade de Melbourne, na Austrália. Ela relata corretamente isso a outros, que por sua vez passam adiante para outras pessoas e se torna um conhecimento comum. Suas percepções estão na base do testemunho, mas sua crença de que ela era a Rainha depende não apenas de suas experiências visuais, mas também de outras crenças que proporcionam um sistema de identificação que permite corretamente interpretá-la como sendo a Rainha.

Esse sistema de identificação inclui talvez a crença de que a Rainha está em Melbourne (testemunho e memória), de que ela tem certa aparência, de que geralmente ela usa certas roupas (testemunho e memória), de que sua presença na Universidade poderia ser inferida dado o forte esquema de segurança nas vizinhanças e também as grandes reverências que estavam sendo prestadas. Ou seja, não se trata de uma apreensão sensorial pura e simples, sem interferência da memória, do raciocínio e do testemunho. A presença do testemunho em nossa vida epistêmica é profunda, e estende-se aos mais variados campos.

Mesmo no caso do conhecimento matemático, em que a razão parece reinar absoluta, estabelecendo verdades necessárias *a priori*, o uso de resultados obtidos por meio de complexas operações em computadores tem sido essencial para se provar certas proposições (e então se passa a depender da confiabilidade do computador). O exemplo dado por Coady é o do clássico problema das quatro cores (resolvido na década de 1970 com o uso de um computador IBM): dado um mapa plano, dividido em regiões, quatro cores são suficientes para colori-lo de modo que as regiões vizinhas nunca tenham as mesmas cores.

Outro aspecto da relevância do testemunho para o conhecimento humano é exemplarmente ilustrado por Charles Peirce em seu clássico ensaio *A fixação da crença*, de 1877:

Um homem pode atravessar a vida desviando sistematicamente os seus olhos de tudo o que poderia causar uma mudança nas suas opiniões; e, se o consegue, [...] não sei o que se poderia alegar contra o fato de fazê-lo. Seria uma impertinência egoísta objetar que seu procedimento é irracional, pois isso equivaleria apenas a dizer que o seu método de estabelecer crenças é diferente do nosso. Ele não se propõe a ser racional e, em verdade, falará com frequência da razão fraca e ilusória do homem. Portanto, deixem-no pensar como lhe aprouver. Contudo, esse método de fixação da crença (que pode ser chamado de método da tenacidade) não poderá se sustentar na prática. O impulso social é contrário a ele. O homem que o adota verificará que outros homens pensam de maneira diferente, e poderá lhe ocorrer, em um momento de maior lucidez, que as opiniões deles são tão boas como as suas, e isso abalará a confiança na crença que tem. Essa concepção, de que o pensamento ou sentimento de outro homem pode ser tão procedente como o nosso, é claramente uma conquista nova, e de não pouca importância. Ela brota de um impulso demasiadamente forte para ser suprimido sem o risco de destruição da espécie humana. A menos que nos tornemos eremitas, haverá, inevitavelmente, uma mútua influência de opiniões, e, dessa

maneira, o problema se transforma no de saber como fixar a crença, não simplesmente no indivíduo, mas na comunidade.

Nesse caso, o testemunho humano (a corrente social) se mostra capaz de influenciar até mesmo uma atitude dogmática que resiste às evidências empíricas contrárias.

Em uma visão não-reducionista do testemunho, nossa fonte de evidência não é apenas individual (centrada nos sentidos, na memória e na razão de cada um de nós), mas também social, interpessoal. Em nossa busca do conhecimento, respondemos ao mundo, temos a percepção de objetos materiais, mas também respondemos aos outros e, nessa interação social, os atos de dar e receber testemunhos se mostram da maior importância e expressam nossos débitos cognitivos para com outras pessoas. No entanto, destaca Coady, encontramos na história da filosofia relativamente poucos estudos sobre o papel e o estatuto cognitivo do testemunho. A explicação talvez esteja na visão individualista que tem como ideal o sujeito livre e intelectualmente autônomo, extremamente autocrítico, que confia apenas em sua própria capacidade cognitiva, que não aceita nenhuma proposição a menos que ele próprio possa estabelecê-la, que questiona o poder da autoridade e o peso da tradição. Locke é um bom exemplo dessa visão, pois sustenta que uma opinião de outra pessoa flutuando em meu cérebro não poderia ser chamada de conhecimento. Para não correr o risco da dependência epistêmica em relação ao outro, joga-se fora a escada do testemunho e se busca estabelecer, em bases adequadas (ou seja, com base apenas em nossas próprias faculdades cognitivas), alguma verdade eventualmente enunciada por meio de testemunho. Todavia, esse purismo restringe severamente o que podemos conhecer, ao descartar para o campo das opiniões inferiores, sem fundamento e de segunda mão, aquilo que depende essencialmente, ainda que de modo indireto, do testemunho humano. Segundo Audi, sem as contribuições do testemunho nosso conhecimento entraria em colapso e o que restaria seria pouco, esparso e fragmentado.

Dadas as nossas limitações, seria inviável o imenso empreendimento científico sem a divisão do trabalho cognitivo (a especialização), acompanhada de estreita comunicação, confiança mútua e cooperação entre cientistas, que interagem entre si estabelecendo compromissos profissionais de várias espécies. Mesmo não se submetendo cegamente a uma autoridade, cientistas presumem que seus pares sejam confiáveis, acreditam nos relatos recebidos mesmo sem dispor de evidências suficientes para testá-los. Esse recurso ao testemunho se torna indispensável (e não apenas permitido) para que a pesquisa possa avançar coletivamente e chegar a resultados que seriam inalcançáveis caso os cientistas trabalhassem sem *cooperação*.

Claro que essa estratégia cognitiva requer uma delicada avaliação de quais cientistas são mais dignos de crédito, quais as chances de cometerem erros, quando seria apropriado refazer o experimento por conta própria etc.

Cabe notar que, por sua vez, a *competição* também desempenha um papel construtivo na ciência. Em resposta a um novo resultado sobre o qual não se tem muita clareza de que seja plausível, pode haver uma divisão dos esforços cognitivos no mesmo campo, com grupos de cientistas seguindo diversas linhas de pesquisa, distribuindo os riscos e assim aumentando as chances de êxito.

Quando bem-sucedido, o conhecimento por testemunho se realiza mediante uma atividade de colaboração, em que as informações são, em grande parte, adequadamente transmitidas de uns para outros. De modo muito breve, podemos recorrer à teoria dos jogos na tentativa de lançar luz sobre a questão de por que a cooperação muitas vezes se mantém em um ambiente de interação social. Trata-se obviamente de uma versão muito simplificada das interações que realmente ocorrem. Suponhamos que todos os agentes sejam racionais e busquem maximizar o benefício que possam ter. Dependendo das condições em que se encontrem, diferentes decisões racionais poderão ser tomadas. No caso do famoso dilema do prisioneiro, o cenário envolve um claro conflito de interesses. Jogado uma só vez, é um exemplo típico de jogo não-cooperativo. Imaginemos que dois suspeitos de um crime tenham sido capturados, colocados em lugares separados e submetidos a um interrogatório. A cada um são dadas duas opções: acusar o outro ou não acusá-lo (cooperar). Quem acusa e não é acusado estará livre de pena. Quem não acusa e é acusado terá pena de 10 anos de reclusão. Se nenhum dos dois acusa, a pena será de 2 anos para cada um. Se os dois acusam, a pena será de 6 anos para cada um. Vamos supor que um deles ache melhor não acusar o outro. Sem saber qual será a decisão do outro, ele correrá um grande risco. O outro poderá acusá-lo e então ele será condenado à pena de 10 anos (a pior delas nesse jogo). Então ele pensa da seguinte forma. Caso o outro não me acuse, o que será melhor fazer? Acusá-lo, pois ficarei livre (se eu não acusar, terei uma pena de 2 anos). E caso o outro me acuse, o que será melhor fazer? Acusá-lo também, pois terei uma pena de 6 anos (se eu não o acusar, terei pena de 10 anos). Portanto, seja qual for a situação, convém acusá-lo. É a estratégia dominante. O outro pensará da mesma maneira e a pena para cada um será de 6 anos (a maior na soma total: 12 anos), embora exista claramente uma opção melhor para os dois: não acusar, com pena de 2 anos para cada um. Conclusão: nem sempre a escolha racional, que busca maximizar o interesse de cada indivíduo, leva ao melhor resultado. Uma solução melhor para ambos poderia ser obtida de forma cooperativa. Em outras palavras, o

ponto de equilíbrio para escolhas racionais individuais pode não ser o resultado socialmente ótimo.

Ocorre que esse jogo pode não ser jogado uma única vez. Situações análogas podem se repetir *indefinidamente*, levando a uma sequência de jogos desse tipo. (Note-se que caso se saiba qual será a última interação, nela não será racional cooperar, levando a não cooperar também na penúltima e assim retroativamente até o início.) Ainda que cada um tenha um incentivo para não cooperar, ao tentar levar vantagem sobre outra pessoa, a estratégia geral mais bem-sucedida e capaz de persistir será cooperar. As ações mais generosas serão retribuídas, e aquelas que não cooperarem serão punidas. É o caso da estratégia *tit-for-tat* (pagar na mesma moeda): começa-se cooperando e em seguida se repete a decisão anterior do outro jogador: se ele cooperou da última vez, coopero agora; se ele não cooperou, também não coopero. Há outras estratégias parecidas, por exemplo, aquela em que coopero mais algumas vezes depois que o outro jogador parou de cooperar, esperando que ele volte a cooperar (que leva a um resultado melhor para ambos), ou então aquela em que deixo definitivamente de cooperar na primeira vez que o outro não cooperou. A noção-chave aqui é a de *reciprocidade*: ela nos impele a colaborar e nos auxilia a compreender como se sustenta entre nós a cooperação a longo prazo. Somos seres que competem, mas também cooperam, e, como seres racionais, somos capazes, com o tempo, de estabelecer a cooperação e a confiança mútua nas relações interpessoais que nos unem em uma comunidade. O comportamento solidário dos cientistas serve aos seus próprios interesses e é controlado por eles mesmos mediante um código de incentivos e de sanções (em caso de fraude, por exemplo). Muito do que conhecemos depende de nossa confiança no testemunho dos outros, e essa confiança não deve ser entendida em sentido moral, mas no sentido estratégico de seres que interagem de modo prudente e racional.

O conhecimento que se baseia no testemunho deve ser entendido como um bem coletivo (trata-se do *nosso* conhecimento, não apenas do *meu* conhecimento), um bem da humanidade a ser cultivado e desenvolvido ao longo de muitas gerações. Fazemos nossas as palavras de Ernst Sosa: o conhecimento instrumental que nos permite ter acesso ao testemunho por meio da linguagem é “um elo essencial na cadeia por onde chegamos a conhecer muito do que conhecemos, por onde atingimos o conhecimento utilizando tudo o que temos de melhor e de mais racional”.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *On Rhetoric*. Tradução George A. Kennedy. Oxford: Oxford University Press, 1991.

- AUDI, R. *Epistemology*. Nova York: Routledge, 3ª edição, 2011.
- AGOSTINHO. *On the Trinity*. Edição Gareth Matthews, tradução Stephen McKenna. Cambridge: University Press, 2002.
- COADY, C. A. J. *Testimony: A philosophical study*. Oxford: University Press, 1992.
- GOLDMAN, A. & WHITCOMB, D. (Eds.). *Social epistemology: essential readings*. Oxford: University Press, 2011.
- HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. Tradução João Paulo Monteiro, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2002.
- JAMES, W. *The will to believe and other essays in popular philosophy*. Londres: Harvard University Press, 1979.
- KITCHER, P. *The advancement of science*. Oxford: University Press, 1993.
- LACKEY, J. *Learning from words: Testimony as a source of knowledge*. Oxford: University Press, 2008.
- LACKEY, J. (Ed.). *Essays in collective epistemology*. Oxford: University Press, 2014.
- LACKEY, J. & SOSA, E. (Eds.) *The epistemology of testimony*. Oxford: University Press, 2006.
- NORTON, D. F. & TAYLOR, J. (Eds.). *The Cambridge companion to Hume*. Cambridge: University Press, 2ª edição, 2008.
- PEIRCE, C. S. *The Essential Peirce*. Bloomington: Indiana University Press, 2 vols. 1992/1998.
- PICH, R. H. & FALLER, J. J. “Thomas Reid: sobre a natureza e a possibilidade da linguagem”. In: *Cognitio* 15 (1), 2014.
- PLATÃO. *The complete works*. Edição John M. Cooper. Indianapolis: Hackett, 1997.
- REID, T. *Thomas Reid's Inquiry and Essays*. Edição R. E. Beanblossom & K. Lehrer. Indianapolis: Hackett, 1983.